



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004490-60.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Solange Aparecida Zotesso Damha**
Requerido: **CREDPLAN PROMOTORA DE CRÉDITO LTDA.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou ter contratado empréstimo com a ré no importe de R\$ 3.408,00, mas recebeu dela somente R\$ 3.057,56.

Alegou ainda que tentou inúmeras vezes resolver a pendência, sem sucesso.

A ação de início envolvia o recebimento por parte da autora da diferença a que faria jus entre o empréstimo contratado e o que lhe foi pago pela ré, bem como ao ressarcimento dos danos morais daí oriundos.

Como a ré ao longo do feito realizou o depósito daquela diferença, pende de apreciação apenas o pleito concernente à reparação dos danos morais.

Assim posta a divergência entre as partes, reputo que assiste razão à autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Como assinalado, a falha imputada à ré restou demonstrada, tanto que ela se prontificou espontaneamente a depositar em Juízo a quantia devida à autora, acabando por fazê-lo.

Descabe atribuir o erro à instituição bancária responsável pelo pagamento do empréstimo, porquanto ele foi ajustado entre as partes, sem interferência da mesma.

De outra banda, positivou-se que a autora foi acometida de séria doença – câncer de mama – e que contraiu o referido empréstimo pouco tempo após submeter-se a procedimento cirúrgico dela decorrente.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) atestam que em situações dessa natureza o abalo que a pessoa sofre é grande e somente se concebe a implementação do empréstimo em apreço à luz da necessidade da respectiva soma.

É evidente, pois, que se a autora não precisasse dessa importância não faria o empréstimo ou, como assentado pela ré em contestação, se sujeitaria à compra de sua dívida "com troco".

Outrossim, isso fica claro quando a ré reconheceu, também na peça de resistência, que a autora "*imediatamente*" (fl. 21, penúltimo parágrafo), entrou em contato com ela para reclamar a redução do crédito que lhe teria sido aprovado, não aceitando ato contínuo essa diminuição.

Não fosse o valor imprescindível, por óbvio outra seria a conduta da autora.

Já os documentos de fls. 06/11 deixam claro que entre fevereiro e abril de 2016 a autora manteve inúmeros contatos com a ré voltados à resolução do problema a que não deu causa, todos sem êxito.

A circunstância de no contato ocorrido em 18/04, às 09h:18min, a ré ter solicitado detalhes do valor exato devido não assume maior importância, já que até então por inúmeras vezes o assunto tinha sido tratado e a questão, não solucionada.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

A ré deixou de cumprir o que foi contratado pela autora e conquanto seguidamente provocada deixou o assunto arrastar-se por largo espaço de tempo, não dispensando à autora o tratamento que lhe seria exigível.

Como a questão dizia respeito a soma de que necessitava a autora (o que se reforça pelos documentos de fls. 79/86), é possível concluir que o episódio lhe acarretou abalo de vulto que foi muito além do mero dissabor inerente à vida cotidiana e ultrapassou em larga medida o simples descumprimento contratual.

A hipótese, ao revés, configura a verificação de dano moral passível de ressarcimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Quanto ao valor da indenização, está em consonância com os critérios usualmente empregados em condições afins (atenta para a condição econômica das partes e o grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**